

Adiamento de capitalização da Eletrobras deve prejudicar setor

EDITORIAL. “Análise: Adiamento de capitalização da Eletrobras deve prejudicar setor”. Valor Econômico. São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

O provável adiamento do plano de capitalização da Eletrobras para 2020, indicado pela secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”, tem impacto negativo para os papéis da companhia e para o setor elétrico como um todo.

A notícia obviamente prejudica diretamente as ações da elétrica, dado que o mercado já havia incluído no preço dos papéis a possibilidade de capitalização com provável privatização ainda este ano. Mas o efeito para a companhia e para o setor pode ser maior.

O primeiro ponto de preocupação é que o adiamento do plano reforça o entendimento de que o MME vai reavaliar o atual plano de capitalização da Eletrobras, elaborado pela gestão do ministro Fernando Coelho Filho, durante o governo Temer. Essa reavaliação eleva o risco de o governo Bolsonaro optar por um modelo de capitalização que busque apenas retirar usinas da Eletrobras do modelo de cotas, pagando um bônus para a União, sem implicar necessariamente na transferência do controle da elétrica.

O segundo ponto de alerta é a sinalização para uma possível revisão dos projetos elaborados pela gestão de Coelho Filho, que eram considerados um avanço pelo mercado, mas que acabaram não sendo implantados no último governo. Entre esses planos está a solução para o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) e a reforma do setor elétrico.

Sobre o GSF, um executivo do setor elétrico que pediu anonimato reconheceu que, apesar da decisão do MME de priorizar o equacionamento do problema, que gera uma inadimplência de cerca de R\$ 7 bilhões no mercado de curto prazo, a solução não deverá ser implementada em menos de seis meses. Isso porque, explicou, o governo precisa definir a proposta de solução, encaminhá-la ao Congresso, mesmo que por Medida Provisória, e, somente a partir daí, as companhias vão avaliar, dentro de seus processos de governança, se vão aderir à proposta. “Isso não é algo que se decida por e-mail. As companhias vão precisar chamar assembleias de acionistas, essas coisas”, explicou ele.

Voltando à entrevista da secretária-executiva à “Folha de S. Paulo”, um ponto positivo é que a ideia do ministério, segundo ela, é definir apenas a questão da “descotização” das usinas da Eletrobras por meio de um marco legal. O restante poderá ser feito no âmbito do ministério.